

POLÍTICA PÚBLICA DE LEITURA, MEDIADORES E A FORMAÇÃO DE LEITORES LITERÁRIOS

*PUBLIC POLITICS OF READING, MEDIATORS AND THE
FORMATION OF LITERARY READERS*

Elizangela Tiago da Maia*
Célia Regina Delácio Fernandes**

RESUMO: Professores e bibliotecários são fundamentais na formação do leitor literário, desde que desenvolvam atividades significativas que aproximem o estudante do livro. Neste artigo, discute-se a necessidade da implantação de uma política pública nacional que forme mediadores de leitura. Atualmente, são distribuídos acervos de obras literárias, por meio das compras governamentais pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, destinadas aos alunos das instituições educacionais públicas, que muitas vezes, não chegam às mãos dos estudantes. O PNBE é uma política nacional de leitura vigente no Brasil que, desde 1998, objetiva oportunizar a milhões de alunos de escolas públicas municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal o contato com acervos de títulos de diversos gêneros literários.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); Mediadores; Mediação literária; Práticas de leitura.

ABSTRACT: Professors and librarians are essential in the formation of the literary reader, since whom they develop significant activities that approach the student to the book. In this article, it is argued about the necessity of the implantation of national public politics that forms reading mediators. Currently, quantities of literary compositions are distributed, by means of the governmental purchases for the National Program Library of the School, destined to the pupils of the public educational institutions that, many times, do not arrive at the hands of the students. The PNBE is one national politics of effective reading in Brazil which, since 1998, wishes to promote to millions of pupils in municipal, state, federal schools, public and from the Federal District, the close contact with various readings of diverse literary sources.

KEYWORDS: National Program Library of the School (PNBE); Mediators; Literary mediation; Reading practice.

* elismaia36@hotmail.com, Mestre pelo PPGLetras da UFGD.

** celwal@terra.com.br, Doutora. PPGLetras da UFGD. Dourados – MS.

INTRODUÇÃO

É preciso que a literatura tenha seu lugar na escola qualquer que seja a idade das crianças, se se quer formar futuros leitores (CHARTIER, 2005, p. 128).

A formação do leitor literário não ocorre em um passe de mágica. Para isso, a presença de acervos literários no contexto educacional se mostra essencial para o convívio dos estudantes com a leitura e livros, de forma que contribua com a constituição de leitores literários críticos, capazes de compreenderem a realidade, o outro e sua situação no mundo.

Como se sabe, a política de acesso a livros no Brasil é veiculada a importância da leitura na escola, pelo fato de, muitas vezes, se restringir a esse espaço social. Ou seja, a grande maioria dos estudantes que frequentam o ensino público tem o primeiro contato com obras literárias somente no contexto educacional. Nesse sentido, as instituições são as principais mediadoras entre o aluno e a literatura, responsáveis pela formação e ampliação do público leitor, por meio da circulação de livros.

Para contribuir com a democratização da leitura no Brasil foi implantado em âmbito nacional uma política concreta e duradoura para a consolidação de bibliotecas escolares, por meio da compra e do envio de livros para as instituições educacionais públicas, com o objetivo de oportunizar o acesso. Com efeito, o envio sistemático de obras, para a criação e ampliação dos acervos das bibliotecas públicas e/ou salas de aula, está sendo cumprido por meio do PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola que, desde 1998, distribui obras às escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal.

Dessa forma, ao longo dos últimos anos, vem sendo suprida a necessidade de constituir acervos literários para serem disponibilizados aos estudantes. Em vista disso, consideramos que o PNBE é fundamental no contexto brasileiro, pelo fato de possibilitar o acesso à leitura literária a milhares de estudantes das instituições públicas. Nesses termos, a escola é um espaço primordial que deveria garantir aos alunos o contato com uma grande diversidade de obras, principalmente em se tratando dos segmentos sociais que tradicionalmente viveram a margem do acesso, já que têm dificuldades de ordem econômica, para a inserção da leitura na vida cotidiana.

No entanto, mesmo com uma diversidade de obras qualitativas nas instituições e a implementação de um Programa tão significativo como o PNBE, que promove o acesso a uma diversidade de obras e à leitura, ainda se verifica na atualidade a “precariedade do domínio de escrita e de leitura em grande parcela da população por meio de pesquisas [...] e avaliação escolar governamental [...], bem como de diversos trabalhos

científicos divulgados em congressos e publicações” (FERNANDES, 2007, p. 15), que também apresentam indicadores mínimos de leitores no país.

Dentre as problemáticas já identificadas, obtidas por meio de pesquisa de campo, como a mais recente (BRASIL, 2008) intitulada “Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – uma avaliação diagnóstica” chegou-se a conclusão de que raramente a utilização das obras do Programa nacional era inadequada. Ou seja, nesse período, os professores novamente não estavam capacitados para iniciar os alunos no prazer da leitura de livros, deixando a desejar o trabalho com a leitura literária ou não fazendo a mediação das obras que integraram as diferentes coleções (p. 127), como já havia sido diagnosticado em 2002, pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Nessas pesquisas, destaca-se a falta de conhecimento teórico-metodológico por parte dos professores e bibliotecários para atuarem como mediadores de leitura, ao utilizarem o acervo nacional. Por essa ótica, somente a política de distribuição de acervos, por meio do Programa vigente, tem pouco contribuído para a superação do *déficit* de leitura dos brasileiros e a democratização do acesso ao livro, demonstrando ser insuficiente. Nesses termos, este artigo procura demonstrar a necessidade da articulação entre acervos e mediadores do livro, devendo contar com a promoção de formação continuada aos educadores, acreditando ser esse um dos caminhos para que o Programa de leitura avance mais, no sentido de provocar mudanças que beneficiem a população alvo.

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE

O Programa Nacional Biblioteca da Escola foi criado no ano de 1997 em um momento de grande importância ao ampliar o acesso ao livro e fomentar práticas de leitura dos estudantes. Sua abrangência se dá em âmbito nacional, com um inegável esforço para se consolidar como uma política de estado, dado o grande índice de analfabetismo obrigou o país a criar instrumentos e mecanismos que contribuíssem para avançar na questão.

O PNBE foi instituído por meio da Portaria Ministerial nº 584, do Ministério da Educação, com o objetivo de promover o acesso à cultura, à informação e o incentivo à leitura de alunos, professores e da população em geral. “É um apoio à atualização e ao desenvolvimento do cidadão no exercício da reflexão, da criatividade, ao formar ou ampliar o acervo de livros de literatura infantojuvenil das bibliotecas das escolas públicas brasileiras” (BRASIL, 2008).

A execução e as etapas de todo o processo estão sob a integral responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). O primeiro é responsável pela aquisição e distribuição das obras, enquanto que a Secretaria se encarrega da avaliação e seleção das coleções e acervos (BRASIL, 2012).

O mencionado Programa tem como fundamento legal o artigo 208 da Constituição Federal, que garante o direito do educando ao material de apoio didático e as determinações de universalização do acesso e à melhoria da qualidade da Educação Básica, respaldado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e regulamentado por meio de documentação oficial, como portaria, resolução, edital.

O PNBE é o maior Programa de incentivo à leitura implantado em nosso País. Com efeito, desde 1998, é oportunizado a milhões de alunos de escolas públicas municipais, estaduais, federais e do Distrito Federal, o contato com acervos de títulos de diversos gêneros literários, como contos, crônicas, romances, poemas e histórias em quadrinhos, possibilitando a democratização do acesso às obras literárias. Destaca-se, assim, a importância do Programa que, ao distribuir livros anualmente, gera um grande fluxo de obras que circulam (ou deveriam circular) nos espaços educacionais, garantindo a difusão da leitura.

Além das obras literárias, o Programa ainda disponibiliza livros de pesquisa, de referência e de apoio à atualização do professor, bem como de outros materiais de suporte à prática educativa, ao compor acervos específicos destinados aos educadores, com o intuito de incentivar a leitura e a propagação do conhecimento entre alunos, professores e de toda a comunidade escolar.

Para compor os acervos, o Ministério da Educação – MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Básica – SEB e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e em cooperação com a Secretaria de Educação Especial – SEESP, divulga anualmente um edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola, no *Diário Oficial da União* e disponibiliza-o na *Internet*, com antecedência de pelo menos 1 (um) ano. O documento norteia a composição das seleções e tem por objetivo convocar editoras para a inscrição de obras de literatura, para serem avaliadas e selecionadas, de acordo com as regras de aquisição descritas e o prazo para apresentação das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais ou de edição.

A elaboração do edital de convocação, inclusive a definição dos critérios para a avaliação pedagógica e seleção das obras, segundo o Decreto Presidencial nº 7.084, de 27/01/2010, a competência é do Ministério da Educação, assim como constituir uma comissão técnica integrada por especialistas das diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de subsidiar, apoiar o processo de pré-análise, orientar e supervisionar o processo de avaliação e seleção.

A avaliação e seleção das coleções para comporem o acervo do PNBE são realizadas por um colegiado, que concorre via processo licitatório anual, sendo instituído por portaria ministerial. Nos últimos 8 (oito) anos, a equipe responsável pela seleção das obras do PNBE tem sido do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação – CEALE/FAE, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG¹⁵.

¹⁵ Para saber mais sobre o CEALE acesse o site oficial: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br>>. Acesso em: 25 out. 2013.

Uma vez selecionadas as coleções e acervos, pela comissão técnica, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação inicia o processo de negociação com as editoras, sendo a aquisição realizada via licitação prevista na Lei nº 8.666/93. Concluída a negociação é informado às mesmas os quantitativos e as localidades de entrega para as editoras, que começam a produção sob a supervisão do FNDE (BRASIL, 2010).

As obras selecionadas são publicadas no *Diário Oficial da União* e divulgadas no *site* do MEC e do FNDE, mediante Portaria do MEC, que traz o resultado da avaliação pedagógica das obras inscritas para o PNBE, constando em anexo a lista de livros contemplados no acervo, para serem distribuídos a escolas e instituições de educação infantil, durante ano letivo, via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

A partir dessas considerações, é possível pensar na grande quantidade de livros distribuídos ano a ano. Isso se deve ao fato de o PNBE enviar títulos às escolas e/ou instituições de educação infantil de forma sistemática, atendendo a demanda dos estudantes e constituindo acervos do professor.

No entanto, somente a política de distribuição de acervos, por meio do Programa vigente, tem pouco contribuído para a superação do *déficit* de leitura dos brasileiros e a democratização do acesso ao livro, demonstrando ser insuficiente. Dessa forma, na atualidade, a discussão sobre a constituição de acervos de literatura para as bibliotecas públicas escolares deve ser para além do envio de livros, foco de ação do PNBE, pois como já foi afirmado, somente essa política não tem contribuído efetivamente com avanços na leitura e no processo de construção dos alunos enquanto leitores, no sentido da formação política e da cidadania, que é algo insubstituível.

Como se nota, existe uma política de leitura educacional calcada na distribuição de livros, com o discurso que todos os estudantes têm o mesmo direito ao acesso, e fecha os olhos para a realidade social e cultural dos estudantes das escolas públicas brasileiras e para o precário sistema educacional.

Nesse ponto, é preciso efetivar uma articulação entre acervos e mediadores do livro, objetivando suscitar o debate sobre a necessidade da ampliação da linha de ação do Programa ao promover, de forma contínua, formação continuada aos educadores. Para isso, refletir-se-á acerca do importante papel do mediador de leitura, a quem cabe oportunizar o uso dos textos literários disponíveis no ambiente escolar, visando o acesso à leitura e à formação do leitor literário.

A FORMAÇÃO DOS MEDIADORES DE LEITURA

As recomendações explicitadas pelos organismos internacionais orientadoras das reformas educacionais convergem para a necessidade de formação permanente, preferencialmente no interior das escolas: no entanto, elas divergem dos propósitos defendidos pelo movimento dos professores na luta pela formação e pela profissionalização do magistério (Anped, Anpae, Anfope). Para o movimento, a formação necessária é associada à definição de uma política ampla que articule formação inicial, condições de trabalho, valorização salarial, plano de cargos e carreira e formação continuada (ROCHA; BARUFFI, 2011, p. 251).

É possível acreditar no mesmo ideal de educação dos movimentos sociais organizados. Entretanto, as discussões que se colocam nesse subtítulo versam especificamente para a capacitação profissional. Com efeito, a realidade retratada no Brasil, por meio de estudos e pesquisas, mostra que a mediação literária ainda está longe do cotidiano escolar, segundo o que se propõe teoricamente. Ou seja, ainda se verifica que são amplas as discussões a respeito da falta de conhecimento dos educadores em relação ao trabalho com a leitura literária, em especial de bibliotecários e professores.

Convém lembrar, inicialmente, que a formação continuada compõe uma das formas de valorização dos profissionais da educação, como preconiza a Carta Magna (1988). Já a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB n. 9.394/1996), a primeira a dispor sobre a formação continuada de professores, estabelece em seu inciso II, do Art. 67, o direito ao “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”.

Tendo resguardado os direitos legais da categoria, defende-se a formação permanente e remunerada, contando com a parceria entre o MEC, universidades, secretarias de educação e profissionais das instituições educacionais, de forma que contribua para discussões acerca dos conteúdos e metodologias de um programa de formação em âmbito nacional, visando a atuação significativa de mediadores de leitura.

A concepção de capacitação profissional em questão é constituída pela formação permanente e em serviço. Ou seja, o conceito de desenvolvimento profissional sistemático seria inserido na jornada semanal dos trabalhadores em educação, tanto no interior das instituições educacionais, orientada e coordenada pelos gestores, como em nível municipal e estadual, por parte de equipes pedagógicas com conhecimento teórico-metodológico no ensino da literatura, constituídas no âmbito das secretarias de educação. O foco é a formação dos professores e bibliotecários, já que são fundamentais na efetivação das mudanças desejadas.

Em relação ao programa de formação, entende-se que deve visar ao desenvolvimento de saberes oriundos da teoria literária, tendo a mediação²¹ como um meio para

²¹ O conceito de mediação para Vygotsky (1998, p. 112) consiste na “distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto em colaboração com companheiros mais capazes”.

atingir o principal objetivo a ser alcançado no trabalho com a literatura, que é a formação de leitores literários. Sobre isso, segundo a tradição da psicologia histórico-cultural idealizada pelo estudioso russo Vygotsky (1998), na qual o conceito de mediação revelou-se central nas investigações, destacam-se três questões que são relevantes na concepção pedagógica de ensino.

A primeira questão trata-se da necessidade de o estudante ter estimulada sua atividade prática mental, por meio da participação ativa, tendo como resultado a apropriação subjetiva de conceitos e meios de pensamento da experiência social humana revelada na cultura, na arte, na ciência, o que depende da sua atividade de aprendizagem. Com efeito, considera-se que os alunos vêm à escola munidos por aparatos comunicacionais e informacionais, além de trazerem consigo as práticas socioculturais de suas famílias e da convivência com sujeitos de outros ambientes sociais.

Dessa forma, o trabalho docente consiste na organização do ambiente para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes por meio de tarefas cognitivas, que mobilizam a atividade mental. Nesse percurso, ele vai interiorizando meios de ação mental do conhecimento socializado, assim, lidando com o objeto de conhecimento, interagindo com as características desse objeto, aqui no caso, o livro literário, o conhecimento torna-se para o aluno atividade subjetiva, isto é, meio de sua atividade.

A segunda questão está diretamente ligada à aprendizagem do conhecimento e das ações mentais a eles conexas. Ou seja, o ensino possibilita a apropriação de conhecimentos e o desenvolvimento do pensamento, pois enquanto o estudante forma conceitos científicos, incorpora processos de pensamento e vice-versa. A aprendizagem ocorre quando os alunos realizam ações reflexivas correspondentes aos processos investigativos da arte literária que estão aprendendo.

A terceira questão diz respeito às estratégias didáticas de incorporação no trabalho com os conteúdos e formação de conceitos das práticas socioculturais de onde provêm os alunos. Nessa perspectiva, as práticas socioculturais e institucionais vivenciadas pelos alunos no seu ambiente social e cultural, na família, na comunidade e nos vários espaços sociais cotidianos são, também, determinantes na formação de competências, na apropriação do conhecimento e na identidade pessoal. Assim, faz-se necessário organizar situações pedagógicas em que os fatores socioculturais penetrem no trabalho com a leitura literária e na formação de ações mentais. Enfim, devem ser articuladas no mesmo processo a formação cultural e científica e as práticas socioculturais.

Como se vê, a atuação de mediadores é determinante na construção do conhecimento. Silva (2009, p. 96), ao tratar da mediação na formação do pequeno leitor, a partir das investigações de Vygotsky, enfatiza “a influência do meio, considerando como parte do meio tanto o espaço e os materiais disponíveis quanto a convivência com outros membros mais experientes da cultura”. Segundo a pesquisadora, o conceito de mediação na formação dos leitores busca,

[...] examinar o desenvolvimento psicológico nos seres humanos enfatizando um conjunto de temas, como a formação social da mente, as relações entre pensamento e linguagem, a gênese social dos processos psicológicos superiores (atenção voluntária, memória voluntária), dentre tantos outros que desenvolveu em seu curto tempo de vida.

Em linhas gerais, o pressuposto da teoria do desenvolvimento humano de base sócio-histórica sublinha que a relação do ser humano com o mundo é sempre desenvolvida de forma mediada. Em vista disso, os processos psicológicos mediados vão se formando, se transformando e acompanham o desenvolvimento do indivíduo ao longo da vida, sendo estes oriundos de formas culturalmente organizadas, determinadas, sobremaneira, pelas interações sociais, pela internalização de signos desenvolvidos no meio cultural (SILVA, 2009, p. 97-98).

Em se tratando dos processos de mediação da leitura literária, entende-se como uma forma de “acompanhar o trajeto do leitor, construindo pontes e dando oportunidade para uma nova etapa” (BORTOLIN; JÚNIOR, 2009, p. 210) ao aproximar leitor-texto, de forma que contribua com a formação do leitor literário. Desse modo, é imprescindível que o mediador ajude os usuários a superarem dificuldades e a ultrapassarem diferentes momentos do seu percurso, tendo em vista a emancipação dos agentes, ao serem capazes de escolher, fruir e trocar experiências de leitura.

Para tanto, faz-se necessário a organização e o planejamento de atividades práticas a serem desenvolvidas no trabalho com a literatura, por meio de projetos³²² educacionais e culturais consistentes e abrangentes para os estudantes, que visem a multiplicação da bagagem de leitura e a possibilidade de o jovem ir se construindo enquanto leitor.

Os procedimentos de mediação são numerosos, como “passar da seção juvenil à de adultos, a outras formas de utilização, a outros registros de leitura, a outras estantes, a outros tipos de leitura, a uma outra biblioteca etc.” (PETIT, 2008, p. 168). Ou seja, para os alunos se constituírem leitores, o papel de um iniciador de livros, que acompanhe a formação do leitor, se revela primordial.

Ao lado disso, é preciso que os mediadores do livro criem estratégias para que essa atividade se torne atraente, sejam elas: leitura coletiva, oral, individual, silenciosa, com ou sem a intervenção do mediador, que permita a convivência com leitores mais experientes de outras turmas ou escolas, de diferentes comunidades de leitores, podem contribuir para aprender literatura. Da mesma forma, que abranja modos de influenciar os alunos positivamente por meio de comentários de livros, leitura de trechos, conversar sobre o que poderia acontecer com personagens ou como terminaria os conflitos existentes, contar o que foi lido pelos alunos ou apenas visto, indicação de obras,

³ ²² Para conhecer alguns projetos de incentivo à leitura literária, tais como: Leitura como sobremesa, Sarau Poético e Lual Literário, Feira do livro, Implantação de bibliotecas, Literatura, Serenata do livro, Entre Estrelas e Letras, ver: TERNUS, Andréia Laux. A vivência de projetos de incentivo à leitura. In: Leitura, literatura e consciência intercultural. ROSING, Tânia M.K., RETTENMAIER; Traduzido por Tânia Mara Goellner Keller, Rosane Innig Zimmermann. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007.

dar livros de presente, atividades na biblioteca, organizar um cantinho para guardar os livros na sala de aula para se ter acesso fácil, são incentivos para a leitura literária.

Entende-se que não existem receitas ou modelos prontos e acabados, dos conteúdos programáticos e atividades que podem fazer-se presentes no ensino da literatura, mas dicas e possibilidades que podem ser aplicadas para grupos de alunos, que são viáveis de serem testadas, modificadas e aprimoradas, o que depende do conhecimento teórico-metodológico e da criatividade do mediador para mediar as intervenções, vinculados a experiência cultural das turmas escolares.

Vale lembrar que, com o possível acesso dos estudantes a uma quantidade e diversidade de acervos, fica evidente que, no caso da escola, apenas a presença do livro não garante que os alunos começarão a ler automaticamente, mesmo com a veiculação da importância da leitura e a existência de coleções diversificadas. Apesar de os títulos literários serem essenciais para a aproximação do leitor à leitura, principalmente se pensarmos no acesso das crianças e jovens carentes ao livro, não têm sido suficientes para formar para o gosto literário e leitores competentes. Nas palavras de Petit (2008, p. 154),

O gosto pela leitura não pode surgir da simples proximidade material com os livros. Um conhecimento, um patrimônio cultural, uma biblioteca, podem se tornar letra morta, se ninguém lhes der vida. Se a pessoa se sente pouco à vontade em aventurar-se na cultura letrada devido à sua origem social, ao seu distanciamento dos lugares do saber, a dimensão do encontro com um mediador, das trocas, das palavras “verdadeiras”, é essencial.

Ressalta-se que tão importante quanto a oportunidade dos estudantes terem contato com acervos e frequentarem o espaço de leitura da biblioteca, a atuação do mediador do livro é fundamental, ao qual cabe oportunizar aos jovens acesso a universos culturais mais amplos, sugerir leituras, ao acompanhar o leitor no momento da escolha, orientar. Em suma, o mediador precisa dar oportunidade para o estudante fazer descobertas, possibilitando flexibilidade de leituras e, acima de tudo, socializando o amor pela leitura de obras literárias.

Em vista disso, há necessidade de cursos de formação permanente para os agentes de leitura “buscando inseri-los em experiências de compartilhamento de leituras, de entusiasmo por esta atividade de produção de significados e de diálogos entre textos, evidenciando, enfim, que, na prática de ler, há também um componente afetivo e coletivo” (SOUZA, 2009, p. 11). Para tanto, compreende-se, também, ser imperativo mais tempo para estudo e pesquisa, para que o professor tenha condições de tentar assumir uma postura de leitor e pesquisador.

Sob o ângulo da concepção histórico-cultural, tal como se definiu o conceito de mediação, na sequência este artigo se propõe a apresentar estudos mais aprofundados, nos quais enfatizam a atuação do mediador do livro. De modo geral, o debate contribui com a afirmação que os educadores precisam ser formados para terem condições de realiza-

rem intervenções significativas no trabalho com a leitura literária, pois, como já visto, são apontados como sujeitos determinantes na constituição do educando enquanto leitor e pelo insucesso dos Programas de leitura, o que torna o mediador essencial.

O PAPEL DOS MEDIADORES DE LEITURA: RELAÇÕES DIALÓGICAS E PROBLEMATIZADORAS

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1987, p. 68).

Segundo Paulo Freire, o trabalho educativo dialógico realiza-se como prática da liberdade, sendo uma via de mão dupla. Dessa maneira, o educador enquanto educa, é educado, em diálogo constante com os estudantes, ambos se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos. O papel que cabe aos mediadores é o de trocar saberes, de chamar os alunos a conhecerem, mediatizados pela reflexão crítica dos dois, implica educação problematizadora, de caráter reflexivo, de um constante ato de desvelamento da realidade, que resulte na inserção crítica na sociedade.

Entende-se, portanto, que o desenvolvimento do trabalho com a leitura literária na escola deve considerar a abordagem emancipatória. Isso se dá quando o mediador assume postura de investigador crítico que permite o exercício da liberdade de expressão⁴²³ por parte dos estudantes, oportunizando momentos de elaboração da subjetividade dos leitores por meio de uma linguagem compartilhada, como meio de chegar ao conhecimento, ao considerar suas percepções, sentimentos, criatividade e vivências que são identificadas como práticas culturais.

Por esse viés, Cademartori (2009, p. 81) propõe o trabalho com a literatura baseado no diálogo “pode-se, num primeiro momento, conversar, do modo mais espontâneo e honesto possível, sobre o livro, o que o leitor sentiu ao ler, porque essa é a condição básica para qualquer entendimento posterior”. Para a estudiosa, a troca de impressões de leitura, a partilha de comentários e opiniões a respeito do que foi lido é mais significativo e estimulante para a apreciação e compreensão da obra porque abre caminho para muitas questões e reflexões sobre os sentidos do texto, pois faz o leitor se posicionar.

O compartilhamento da leitura orientada e reflexiva, o papel dos relatos de experiências associados a livros, em particular em voz alta, são possibilidades para evocar a liberdade do leitor na construção de sentidos de uma maneira ampla, mas que toca

⁴ ²³ Luis Camargo (1995, p. 81), um importante estudioso sobre ilustração do livro infantil, propõe a organização de oficinas de sensibilização, para o uso do livro de imagem, que podem ser aplicadas aos jovens, de forma que contribua para exercerem a criatividade e a liberdade de expressão, seguindo o seguinte roteiro: “1. Escolha um livro e leia; 2. Escolha outro livro e leia; 3. Escolha mais um livro e leia; 4. Se você quiser, escolha mais um e... (adivinhou?) leia; 5. Feliz leitura! 6. Depois de ler três ou quatro livros, escolha um deles e escreva uma história”.

de maneira individual, pois cada pessoa pode experimentar sentimentos de pertencimento, de diferentes tempos, *lòcus* espacial, percepções singulares ligadas à sua história pessoal e familiar, o que torna a atividade de leitura relevante no processo de interpretação que complementa a recepção.

Com efeito, o educando passa a ser um agente⁵²³, o qual tem espaço para pensar por si mesmo, de maneira que faça seu próprio caminho. Para tanto, de acordo com Fernandes (2007, p. 31) “ao priorizar a formação e o fortalecimento do leitor, a instituição escolar precisa oferecer, aos estudantes, oportunidades para trocar experiências e debater o que leram, tornando essa atividade plural, instigante e significativa, tanto para alunos como para o professor”.

Essa relação dialógica da leitura também deve ser considerada entre a obra e o leitor como ato social e cultural. Nessa perspectiva, constata-se que os possíveis significados de uma leitura não se encontram para sempre depositado no texto, à espera que um leitor adequado o decifre de maneira correta ou sob o poder de uma única forma de juízo de valor e interpretação, seja dos professores ou bibliotecários.

Dessa forma, o significado de um texto se delinea e se cria, a partir de um ato de interpretação, sempre provisória e temporariamente, com base na ideologia, nos padrões estéticos, éticos e morais, nas circunstâncias históricas e na psicologia que constituem a comunidade sociocultural. Apenas conta-se com interpretações de um determinado texto, leituras produzidas pela ideologia, pela localização temporal, geográfica e política de um leitor, por sua psicologia, por suas circunstâncias (ARROJO, 1993, p. 16-17).

Nessa linha de reflexão, a do diálogo entre o leitor e o texto, considera-se que no momento da leitura, o leitor não poderá deixar de lado aquilo que o constitui como sujeito e como leitor – suas circunstâncias, seu momento histórico, sua visão de mundo, seu próprio inconsciente. O leitor estabelecerá uma relação com o texto, que será sempre medida por um processo de interpretação criativa e produtora.

Em texto intitulado “A leitura: uma prática cultural”, Pierre Bourdieu e Roger Chartier (2001, p. 242) travam um debate a respeito do tema durante um colóquio. O último afirma que “as leituras são sempre plurais, são elas que constroem de maneira diferente o sentido dos textos, mesmo se esses textos inscrevem no interior de si mesmos o sentido de que desejariam ver-se atribuídos”. Assim, é o leitor que detém e impõe o modo de apropriação da leitura, pois nem o próprio autor é proprietário da leitura legítima, ele não é sequer plenamente consciente de todas as intenções e de todas as variáveis que permitiriam a produção de sentidos de seu texto.

⁵ ²³ Luis Camargo (1995, p. 81), um importante estudioso sobre ilustração do livro infantil, propõe a organização de oficinas de sensibilização, para o uso do livro de imagem, que podem ser aplicadas aos jovens, de forma que contribua para exercerem a criatividade e a liberdade de expressão, seguindo o seguinte roteiro: “1. Escolha um livro e leia; 2. Escolha outro livro e leia; 3. Escolha mais um livro e leia; 4. Se você quiser, escolha mais um e... (adivinhou?) leia; 5. Feliz leitura! 6. Depois de ler três ou quatro livros, escolha um deles e escreva uma história”.

Ao dar relevância a esse trabalho com a literatura, professores e bibliotecários consideram os alunos como sujeitos da cultura, capazes de criar e reelaborar experiências e informações obtidas por meio da leitura. A tarefa que cabe a eles “ao submeter um texto à curiosidade dos leitores, criar situações que lhes permitam *constatar determinados significados, refletir coletivamente sobre eles e transformá-los*” (SILVA, 1991, p. 50; grifos do autor). Isso ocorre, a partir de informações contextuais, dando pistas, criando espaços para a leitura compartilhada e autônoma, de forma que também ajudem na aprendizagem da interpretação de textos, excluindo a pretensão de tentar achar a chave do correto entendimento.

Parafraseando Costa (2007), sobressai um trabalho voltado para a leitura literária, em que o educador trabalha mais intensamente com as reações e as respostas do leitor, mediante a participação livre e produtiva do mesmo, seja na prática de compreensão, na experiência virtual, na forma como o leitor dialoga com o texto e na possibilidade de produzir interpretações diferentes a cada leitura realizada.

No entanto, há que ter a clareza de que não é qualquer interpretação, mesmo que o aluno tome as próprias vias de produção de sentidos, não deve prescindir do texto de partida. Cabe ao mediador do livro alertá-lo sobre aspectos chave, fazer indicações para compor com o estudante o mais próximo da composição literária, além dos limites superficiais da obra, que o ajude a voltar a aspectos importantes ao seu entendimento e para melhor entender o universo literário.

Desse modo, contextualizar e problematizar as leituras é uma possibilidade para que o jovem se sinta motivado a ler, ao ser convencido da importância da leitura que o ajudará a compreender o mundo de forma mais crítica, quando se ouve a voz dos próprios leitores. Nesse processo de educação literária, os estudantes e os mediadores de leitura surgem como protagonistas, tendo este último a atribuição de mediar as relações entre literatura e seu interlocutor, em espaços coletivos de reflexão.

Esse trabalho no ensino de literatura valoriza as práticas sociais e discursivas do aluno. Pinheiro (2011, p. 42) defende uma prática voltada para o *Letramento literário*, observa “a necessidade de mostrar ao educando que a Literatura faz parte de suas relações cotidianas. Ela é inerente às relações humanas”. Assim, o ensino pautado no letramento é a busca de conhecimento a partir do texto literário pelo estudante, que é articulado pela interferência do sujeito com sua própria história social, construída sob a influência do meio social no qual está inserido. Além disso, traz a necessidade de se estabelecer um diálogo com a tradição popular e com as práticas sociais e culturais do sujeito para que a tradição seja ressignificada.

Nesse sentido, há que repensar e questionar quanto aos métodos que têm sido utilizados na formação do leitor. Paulino (2005, p. 63) afirma que “a leitura literária deve ser processada com mais autonomia tendo os estudantes direito de seguir suas próprias vias de produção de sentidos, sem que estes deixem, por isso, de serem so-

ciais”, ou seja, faz-se necessário uma nova didática de leitura literária, se quisermos tentar reverter o quadro caótico da competência de leitura dos educandos, bem como formar leitores competentes.

Dessa forma, para cativar o leitor e contribuir com a construção de uma cidadania ativa, o ensino de literatura deve ser democrático, ao garantir que os estudantes tenham a liberdade de fazer suas escolhas literárias e, ao mesmo tempo, que seja valorizada a realidade e a individualidade do jovem, cabendo aos formadores oferecer condições numerosas e ricas para que os leitores iniciantes tenham a oportunidade de descobrir o prazer de ler, já que não é algo que se impõe, mas que se ensina e se constrói coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa foi possível observar a importância do Programa Nacional Biblioteca da Escola, que envia anualmente obras literárias de qualidade às instituições educacionais, para promover o acesso à leitura da comunidade escolar. No entanto, ficou evidente que somente a distribuição, por meio de uma política pública de leitura não é suficiente para aproximar o leitor do livro, como apontam as pesquisas e avaliações realizadas em relação ao desempenho dos brasileiros na leitura e sobre o PNBE.

A partir desses dados, comprova-se a necessidade de ser criada uma política pública nacional que forme mediadores de leitura literária, objetivando não apenas o domínio de técnicas de ensino de literatura, mas que o educador tenha acesso ao conhecimento para saber onde, como e por que ensinar. Para isso, há que ser construído coletivamente um projeto político de formação continuada que articule teoria com práticas metodológicas, tendo no bojo das discussões as influências de ordem social, cultural e econômica que interferem no processo de construção do leitor literário.

Em linhas gerais, conclui-se que o Estado deve assumir sua responsabilidade e obrigação em relação à formação continuada dos trabalhadores em educação, bem como no que se refere à construção e instalação de uma rede de bibliotecas nas instituições educacionais, com bibliotecários e professores especializados, se o interesse real é o de promover o acesso à leitura.

REFERÊNCIAS

- ARROJO, Rosemary. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3 ed. Maringá: Eduem, 2009.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: BOURDIEU, Pierre; BRESSON, François e CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 229-254.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993. *Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública*. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Pesquisa Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Brasília, DF, 2008. Acesso em: 5 nov. 2012.

CADEMARTORI, Ligia. *O professor e a literatura: para pequenos, médios e grandes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAMARGO, Luis. *Ilustração do livro infantil*. Belo Horizonte, MG: Lê, 1995.

CHARTIER, Marie Anne. Que leitores queremos formar com a literatura infanto-juvenil. In: PAIVA, Aparecida et. al. (orgs.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005, p. 127-144.

COSTA, Marta Morais da. *Metodologia do ensino da literatura infantil*. Curitiba: IBPEX, 2007.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. *Leitura, literatura infanto-juvenil e educação*. Londrina: EDUEL, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

JÚNIOR, Almeida de Francisco Oswald; BORTOLIN, Sueli. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, Junqueira de Renata (Org). *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 205-218.

PAULINO, Graça. Algumas especificidades da leitura literária. In: PAIVA, Aparecida et. al. (Orgs.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005. p. 55-68.

PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. São Paulo: Editora 34, 2008.

PINHEIRO, Alexandra Santos. O ensino de literatura: a questão do letramento literário. In: GONÇALVES, Adair Vieira; PINHEIRO, Alexandra Santos; LEAL, Rosa Myriam Avellaneda (Orgs.). *Leitura e escrita na América Latina: teoria e prática de letramento (s)*. Dourados: Ed. UFGD, 2011, p. 37-55.

ROCHA, Luciene Ferreira Martins; BARUFFI, Alaíde Maria Zabloski. Formação continuada de professores: programas do Mec em redes escolares municipais. In: FREITAS, Dirce Nei Teixeira de; REAL, Giselle Cristina Martins. *Políticas de monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais*. Dourados: Ed. UFGD, 2011. p. 247-295.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, Márcia Cabral da. *Uma história da formação do leitor no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SILVA, Talita Maria da; RETTENMAIER, Miguel. Como produzir leitores resistentes... ou três posturas do professor para desmotivar jovens leitores. ROSING, Tânia M. K.; RETTENMAIER, Miguel (Orgs.). Trad. KELLER, Tânia Mara Goellner; ZIMMERMANN, Rosane Inning. In: *Leitura, literatura e consciência intercultural*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007, p. 250-283.

SOUZA, Renata Junqueira de. In: SOUZA, Junqueira de Renata (Org.). *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 9-18.

TERNUS, Andréia Laux. A vivência de projetos de incentivo à leitura. In: *Leitura, literatura e consciência intercultural*. ROSING, Tânia M.K., RETTENMAIER; Traduzido por Tânia Mara Goellner Keller, Rosane Innig Zimmermann. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007.

VYGOSKY, Leontiev Luria. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.